



# PLENÁRIO 7

Boletim informativo da Comissão de Seguridade Social e Família

Brasília, 29 de agosto de 2007

Ano 1 - número 19

## AUDIÊNCIA 4



Psoríase branda

Participantes da audiência pública sobre psoríase e vitiligo, realizada no último dia 23, cobraram do Ministério da Saúde uma política pública voltada aos portadores dessas enfermidades.

Ao final da audiência, integrantes da Comissão formularam requerimento de informação, no qual solicitam ao Ministério da Saúde dados sobre as políticas desenvolvidas pelo órgão em relação à psoríase e ao vitiligo. Também ficou definido que a Comissão vai apresentar requerimento de indicação, sugerindo a criação de programas específicos para o combate e o tratamento dessas doenças. As proposições deverão ser apreciadas pelo Plenário da Comissão nesta semana.

## Seguridade vai fiscalizar recursos da União destinados ao município de Franco da Rocha

A Comissão aprovou, na reunião do último dia 21, a Proposta de Fiscalização e Controle 9/07, apresentada pelo presidente da comissão, deputado Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP). Com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), a Comissão vai verificar se os recursos da área de saúde transferidos pelo governo federal para o município de Franco da Rocha (SP) estão sendo, realmente, aplicados na área de saúde.

Segundo dados da Controladoria-Geral da União (CGU), a Prefeitura de Franco da Rocha manteve, em 23.03.07, dois convênios com o Ministério da Saúde, que totalizavam R\$ 920 mil. Mudalen acrescenta que o município recebeu também outras transferências não discricionárias, relativas a despesas obrigatórias, do Ministério da Saúde - principal responsável pelo custeio



Mudalen considera elevadas as verbas transferidas para o município

dos serviços de Saúde do País. "Considerando o montante envolvido nestes convênios, bem como o volume expressivo das demais transferências não discricionárias recebidas pelo município, é inegável a oportunidade que a Comissão de Seguridade, com o auxílio do TCU, proceda a fiscalização na aplicação dos recursos destinados ao municípios de Franco da Rocha", desta-

ca o parlamentar.

### Tramitação

A Comissão determinará que o TCU realize a fiscalização. Com base neste trabalho, o deputado Dr. Nechar (PV-SP), relator da proposta, vai elaborar um relatório final em que poderá solicitar providências, como o encaminhamento da fiscalização ao Ministério Público e à Controladoria-Geral da União (CGU).

## Comissão Externa investigará crise da Saúde no Nordeste

A Comissão aprovou, na semana passada, a criação de uma Comissão Externa para analisar a grave crise que assola o sistema público de Saúde no Brasil, em especial nos estados de Alagoas e Paraíba.

O presidente da Comissão, deputado Jorge Tadeu

Mudalen (DEM-SP), lembra que, em Alagoas, a crise já se arrasta por mais de três meses. "Quem sofre com a crise é a população mais pobre, que não tem plano de saúde. Em Alagoas, 2 mil pessoas ficam sem atendimento médico por dia. Na Paraíba, a morte da brasileira Elisângela de Lurdes

Nonato de Souza, de 28 anos, por falta de atendimento em hospital local, dá a dimensão do problema que assola a população brasileira, que fica refém do atendimento do setor público de saúde", destacou Mudalen.

A Comissão sugeriu os nomes dos seguintes depu-

tados para compor a comissão externa:

**Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP);**

**Armando Abílio (PTB-PB);**

**Solange Almeida (PMDB-RJ);**

**Dr. Pinotti (DEM-SP); e**

**Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE).**



# Seguridade realizará II Fórum Nacional de Saúde Ocular

A Comissão de Seguridade Social e Família promoverá, no próximo dia 5, audiência pública para discutir a situação da assistência oftalmológica e as causas que levam à cegueira no Brasil. O evento contará com o apoio do Conselho Brasileiro de Oftalmologia.

Segundo o autor do requerimento, deputado Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP), o objeti-

vo do evento é elaborar e implementar programas que possam oferecer soluções aos problemas detectados entre a população. "A intenção deste evento científico, que reúne profissionais da área, são avançar no rumo do fortalecimento da democracia e a melhora das políticas de saúde da população brasileira, cumprindo o papel essencial que cabe à Câmara dos Deputados", res-

salta Mudalen.

Previsto para começar às 14:30 horas, o evento será composto por seis painéis integrados por representantes do Executivo, parlamentares, gestores de saúde e da Organização Panamericana de Saúde (OPAS). As inscrições podem ser feitas gratuitamente no portal da Câmara ([www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)) até o início do fórum.

## Comissão vai discutir situação da Previdência Social

A Comissão de Seguridade Social e Família vai realizar audiência pública para discutir o funcionamento do Fórum Nacional de Previdência Social, lançado pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva no último dia 12. Também será tema do debate a situação da Previdência Social Brasileira e a necessidade de uma nova reforma constitucional.

A deputada Ângela Portela (PT-RR), que sugeriu a audiência, lembra que o Fórum faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento, apresentado pelo presidente Lula. Segundo a parlamentar, a intenção do Fórum é reunir o governo federal com os setores da sociedade civil organizada e especialistas para discutir propostas que possam reduzir a necessidade de financiamento da Previdência Social Brasileira. "Vamos propor uma reforma constitucional para o setor. Entre as propostas, está a redução da idade mínima para a aposentadoria dos trabalhadores da iniciativa privada, ressalta a autora.

Participarão do evento o secretário de Previdência Social do Ministério Previdência Social, Helmut Schwarzer, e o vice-presidente de Comunicação Social da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social, Ovídio Palmeira Filho.

A data da audiência ainda não foi definida

## PROGRAMAÇÃO

- PAINEL 1** → 14:30 às 18:00 horas – "Seminário Institucional"  
Local: Auditório Nereu Ramos  
Mesa: deputado Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP)
- PAINEL 2** → 14:30 às 18:00 horas – "Apresentação das condições de saúde ocular na região Norte"  
Local: Auditório Freitas Nobre  
Mesa: deputado Cléber Verde  
Oradores: vice-presidente da CBO, Cláudio Chaves; e o Presidente da Sociedade Norte-Nordeste de Oftalmologia, Luiz Gonzaga Cardoso Nogueira
- PAINEL 3** → 14:30 às 18:00 horas – "Apresentação das Condições de Saúde Ocular na Região Nordeste"  
Local: Anexo II, plenário a confirmar  
Mesa: Integrante da Comissão de Seguridade  
Oradores: Marcelo C. Ventura (PE); e João Orlando Ribeiro Gonçalves (PI)
- PAINEL 4** → 14:30 às 18:00 horas – "Apresentação das Condições de Saúde Ocular na Região Centro-Oeste"  
Local: Anexo II, plenário a confirmar  
Mesa: Integrante da Comissão de Seguridade  
Oradores: Alexandre Teleb (GO); e o presidente da Sociedade Brasileira de Oftalmologia, Procópio Miguel dos Santos
- PAINEL 5** → 14:30 às 18:00 horas – "Apresentação das Condições de Saúde Ocular na Região Sudeste"  
Local: Anexo II, plenário a confirmar  
Mesa: deputado Dr. Pinotti (DEM-SP)  
Oradores: Elisabete Ribeiro Gonçalves (MG); e Paulo Augusto de Arruda Mello (SP)
- PAINEL 6** → 14:30 às 18:00 horas – "Apresentação das Condições de Saúde Ocular na Região Sul"  
Local: Anexo II, plenário a confirmar  
Mesa: Integrante da Comissão de Seguridade  
Oradores: Hamilton Moreira (PR); e Jacó Lavinsky (RS)
- 18:00 às 18:30 horas – "Cerimônia de Encerramento do II Fórum Nacional de Saúde Ocular"  
Local: Auditório Nereu Ramos

## EXPEDIENTE

### COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Presidente: **Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP)**  
1º Vice-Presidente: **Alceni Guerra (DEM-PR)**  
2º Vice-Presidente: **Ribamar Alves (PSB-MA)**  
3º Vice-Presidente: **Cleber Verde (PAN-MA)**

Secretário da Comissão: **Wagner Padilha**  
Fones: (61) 3216-6784 - 3216-6785 - 3216-6787  
Produção, Edição e Diagramação:  
Antonio Júnior - (61) 3216-6783

Endereço: Câmara dos Deputados - Anexo II  
Pav. Superior, Ala A, Sala 143  
<http://www.camara.gov.br/comissoes/permanentes/cssf>  
E\_mail: [cssf@camara.gov.br](mailto:cssf@camara.gov.br)

## Resultado das reuniões dos dias 21 e 22 de agosto

## Seguridade classifica visão monocular como deficiência

A Comissão aprovou, no último dia 22, o Projeto de Lei 7460/06, da deputada Mariângela Duarte (PT-SP), que classifica a visão monocular - de um olho só - como deficiência visual. A autora observa que as pessoas portadoras de visão monocular não são enquadradas nas normas da legislação brasileira referentes à deficiência física e ficam à margem da proteção legal vigente. “A visão monocular dificulta a definição de profundidade e pode impedir várias atividades, inclusive profissionais”, afirma a parlamentar. Ela lembra também que “qualquer limitação física implica maior dificuldade



Dr. Talmir

no acesso a uma vaga no mercado de trabalho”.

### Proteção

A autora lembra que a proteção à pessoa com deficiência está prevista na

Constituição. “No artigo 203, está dito que a assistência social tem, entre seus objetivos, a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária”, destaca. A legislação vigente também garante um salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência que não tiver meios para se manter.

Mariângela Duarte destacou ainda que o Poder Judiciário, mais de uma vez, já se manifestou favorável à inclusão da deficiência monocular para efeito de reserva de vagas para pessoas portadoras de deficiência em concurso público.

Na avaliação do relator, deputado Dr. Talmir (PV-SP), o PL representa forte apelo de caráter social, pois visa à promoção de equidade. “O Poder Judiciário - conforme lembrou a autora - em reiteradas ocasiões, já se manifestou favorável ao tratamento diferenciado para essas pessoas. Com a aprovação do projeto, o indivíduo com visão monocular encontrará maiores possibilidades para inserir-se na vida profissional”, destacou o parlamentar.

### Tramitação

O projeto será analisado agora pela comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

## Aprovada criação do Fundo Nacional do Idoso

Na reunião do dia 22, a Comissão também aprovou o Projeto de Lei 6015/05, do deputado Beto Albuquerque (PSB-RS), que cria o Fundo Nacional do Idoso, destinado a financiar os programas e as ações relativas ao idoso, com vistas a assegurar os seus direitos sociais e criar condições para promover sua autonomia, integração e participação.

O PL autoriza a dedução do Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas das doações efetuadas aos fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do adolescente e pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso. A dedução não poderá ultrapassar um por cento do imposto devido.

Segundo Albuquerque, antes de ser instituído o in-



Jofran Frejat

centivo fiscal a favor dos fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, as instituições que cuidam de crianças e adolescentes e as instituições que cuidam de idosos recebiam doações espontâneas, baseadas apenas no espírito de solidariedade e filantropia dos doadores. No entanto, após o aparecimento do mencionado incentivo

fiscal, crescente parcela de doadores que doavam às instituições que cuidam dos idosos passou a optar em realizar doações às instituições que cuidam das crianças e dos adolescentes. “O incentivo fiscal, que visava a atrair recursos para as entidades que cuidam das crianças e adolescentes, acabou produzindo efeito negativo e perverso aos idosos, lembrou.

O deputado Jofran Frejat (PR-DF), relator da matéria, destacou que a medida reforça os efeitos do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03), que prevê a implementação de programas e ações para assistência social aos idosos. O relator também manifestou-se favorável ao incentivo fiscal.

### Tramitação

O projeto será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

## Pensão para idosos

No dia 21, a Comissão aprovou o Projeto de Lei 689/07, do Senado, que atribui ao defensor público o poder de patrocinar acordo sobre pensão alimentícia em favor de idosos. Atualmente, a legislação prevê que esses acordos só podem ser mediados por promotores de Justiça.

Na avaliação do relator, deputado Efraim Filho (DEM-PB), o PL vai conferir ao defensor público poderes para referendar transações relativas a alimentos, proporcionando um caráter de título executivo extrajudicial. “A aprovação trará imensos benefícios aos idosos, que passarão a contar com mais essa facilidade”, entende Filho.

### Tramitação

O projeto será analisado agora pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.





# Portadores de psoríase e vitiligo cobram inclusão em políticas públicas de saúde

LUIS ALVES

Participantes da audiência pública sobre psoríase e vitiligo realizada, no último dia 23, pela Comissão de Seguridade Social e Família cobraram do Ministério da Saúde uma política pública voltada aos portadores dessas enfermidades.

Já como resultado do debate, integrantes da Comissão formularam requerimento de informação ao Ministério da Saúde, sobre as políticas desenvolvidas pelo órgão em relação à psoríase e ao vitiligo. Também ficou definido que a Comissão vai apresentar requerimento de indicação, sugerindo a criação de programas específicos para o combate e o tratamento dessas doenças. As proposições deverão ser apreciadas pelo Plenário da Comissão nesta semana.

Durante a audiência, a coordenadora do Ambulatório em Psoríase do Hospital Universitário de Brasília, Gladys Ayres Martins, destacou que a postura dominante entre os médicos é a de considerar a psoríase uma doença que não merece atenção maior, pelo fato de a doença não levar a óbito. Segundo ela, isto é um equívoco. "A psoríase é considerada doença que afeta a qualidade de vida, como acontece com os pacientes que sofrem com o câncer, a diabetes e a hipertensão. Através de questionários sérios, realizados em outros centros, chegou-se à conclusão de que a doença causa na vida do pa-



Maximilian Santos(D): A informação é a chave de tudo. A população nunca ouviu falar sobre a psoríase.

ciente não apenas transtornos físicos, como também sociais, emocionais e econômicos. É uma doença que merece ser vista com outros olhos" ressaltou a coordenadora.

Para a portadora de psoríase e coordenadora da Associação Brasileira de Estudos e Assistência às Pessoas com Psoríase, Silvia Galli Gibrail de Oliveira, as

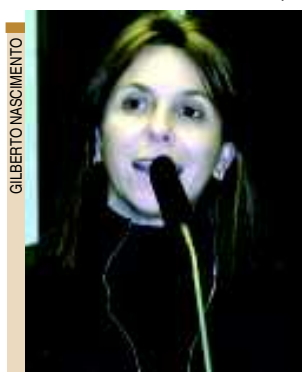
maiores dificuldades dos portadores da psoríase são o acesso aos medicamentos e aos postos de saúde, que são desprovidos de médicos capacitados para o atendimento correto do paciente. "Muitos portadores nos procuram, pois necessitam de um médico e não encontram. Também não conseguem marcar consulta e acabam abando-

nados e isolados da sociedade. Como portadora da psoríase, me sinto totalmente abandonada. E a quem recorrer? A quem pedir? Não existe quem possa dar apoio ou mostre o caminho ou direção", reclamou Silvia Galli.

A presidente da Associação Nacional dos Portadores de Psoríase, Gladis Lima, também cobrou das autoridades responsáveis pela saúde pública do país uma política voltada para os portadores de psoríase e de vitiligo. "A psoríase é uma doença crônica, mas, infelizmente, não é considerada uma doença pelos órgãos de saúde. Não existe tratamento específico nos hospitais públicos, levando ao isolamento da pessoa que foi atingida pela doença", destacou Gladis.

O presidente da Associação dos Portadores de Psoríase do estado do Rio de Janeiro, Maximilian Santos Gama, concorda com a deputada Solange Almeida de que o preconceito é resultado da falta de informação. "A informação é a chave de tudo. A população nunca ouviu falar sobre a psoríase. Só a informação poderá despir a população do preconceito", avaliou Gama.

Segundo Gladis, falta sensibilidade por parte dos nossos políticos. Apesar da psoríase não ser contagiosa, e ser considerada um problema meramente estético, a doença mata o que a pessoa tem de melhor, que é a convivência social.



GILBERTO NASCIMENTO

Solange Almeida

## Informação

Autora do requerimento de realização da audiência pública, a deputada Solan-

ge Almeida (PMDB-RJ) destacou a informação como ponto essencial no controle e tratamento da psoríase e do vitiligo. "É preciso que a sociedade saiba, conheça o que é psoríase e vitiligo, para acabar com o preconceito e a discriminação", ressaltou a autora. Segundo a deputada, o Ministério da Saúde deve patrocinar campanha nacional para conscientizar a população, por meio das empresas de rádio e televisão, de que a psoríase e o vitiligo não são doenças contagiosas.

## Psoríase

A psoríase é uma doença crônica inflamatória da pele, não contagiosa, que atinge indistintamente homens e mulheres, sendo mais freqüente na raça branca. É uma doença genética, podendo se manifestar em qualquer fase da vida, além de ser bastante comum: afeta de 1 a 3% da população mundial. Caracteriza-se pelo aparecimento de lesões róseas ou avermelhadas, recobertas de escamas secas e esbranquiçadas que aparecem, em geral, no couro cabeludo, cotovelos e joelhos, podendo em alguns casos, se espalhar por toda a pele.

## Vitiligo

O vitiligo é uma doença que se caracteriza pela diminuição ou falta de melanina (pigmento que dá cor à pele) em certas áreas do corpo, gerando manchas brancas nos locais afetados. As lesões do vitiligo podem aparecer em partes isoladas do corpo ou espalharem-se pelo corpo todo, atingindo principalmente as genitais, os cotovelos, os joelhos, a face e as extremidades inferiores e superiores.